

História, gênero e trajetória biográficas. – ST 42  
Ivana Guilherme Simili  
Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
Palavras-chave: personagem, trajetória biográfica, gênero

### **A construção de uma personagem: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945).**

Darcy Vargas e o silêncio. Esta é a apresentação que pode ser feita da personagem: uma mulher silenciosa que se deixa captar somente pelos outros, pelo que o marido, Getúlio Vargas escreveu no *Diário*; pelo que a filha, Alzira Vargas disse no livro *Getúlio, Meu Pai*; pelo que a imprensa publicou a seu respeito; pelo que as construções biográficas falam sobre ela; pelo que as imagens fotográficas mostram<sup>1</sup>.

O silêncio de uma mulher e as vozes que sobre incidem, tentando mostrar e dizer algo sobre quem ela foi e o que fez, foram usados como materiais na construção de uma trajetória para a personagem Darcy Vargas, para a mulher, a esposa, a mãe e a primeira-dama que ela foi.

#### **1. Uma trajetória para a personagem**

A noção de trajetória, segundo Bourdieu, conduz à “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”<sup>2</sup>. Essa premissa constituiu-se no ponto de partida para a análise e interpretação do percurso da personagem e na construção de uma trajetória para Darcy Vargas (1895-1968).

Darcy Sarmanho Vargas nasceu em 1895, em São Borja, no Rio Grande do Sul, numa família de elite - o pai era estancieiro e comerciante. Em 1911, quando tinha 15 anos, casou-se com Getúlio Vargas, que era da mesma cidade. No ano seguinte tem início a maternidade com o nascimento dos (as) filhos (as) – Lutero (1912), (1912) - Jandira (1913), Alzira (1914), Manuel Antonio (1916) e Getúlio Filho (1917).

As “vicissitudes biográficas” de uma personagem permitem apreender e interpretar sua trajetória à “luz de um contexto que as torne possíveis e logo, normais”<sup>3</sup>. Deste modo é possível interpretar o percurso delineado para a personagem: no contexto em que ela nasceu e cresceu, o casamento era objetivo da educação das meninas. Darcy Sarmanho Vargas, como uma menina de seu tempo e cultura,

foi criada e educada para o casamento, e como várias meninas da época, interrompeu a vida escolar para casar-se aos 15 anos, com Getúlio Vargas. Casando-se precocemente e gerando sucessivos filhos (em seis anos era mãe dos cinco filhos que o casal teve), Darcy reproduzia e reforçava, em sua trajetória, o modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que transformava em “missão e destino da mulher na terra” o casamento e a maternidade. Casando-se e procriando, cumpria-se para ela o “destino” traçado para as mulheres pela cultura da época e começava aquilo que parecia predestinado como sua missão na terra: ser esposa e mãe.

No entanto, o casamento e a maternidade de Darcy Vargas timbrou um vínculo com um homem que tinha iniciado a carreira política e que a ela daria continuidade, conduzindo-o ao poder supremo da nação em 1930. Este foi um diferencial na trajetória da esposa e mãe Darcy, porque no seu relacionamento com o marido e homem público ela acompanhou e criou um itinerário marcado por formas de conhecimento e de participação na política. Ela foi a esposa do advogado e deputado estadual Getúlio Vargas (1909-1913; 1917-1921), do deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1922-1926), do Ministro da Fazenda no governo Washington Luis (1926-1927), do governador do estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), do chefe do governo provisório instalado em 1930 e do Presidente da República (1934-1945 e de 1951-1954).

Como esposa e mãe, portanto, como “acompanhante natural” do marido, Darcy esteve ao lado de Getúlio, atuando e participando dos seus jogos políticos. Nesse sentido, os escritos da filha, Alzira, no livro *Getúlio, Meu Pai*, são esclarecedores do envolvimento da mãe nas encenações e articulações políticas antes dos anos 30, principalmente, no processo “Revolucionário” que colocaria Getúlio no centro do poder, como Chefe do Governo Provisório; as narrativas feitas por Getúlio, no *Diário* também trazem relatos importantes acerca do papel desempenhado pela esposa nos fatos e acontecimentos políticos dos anos 30 até 1942, quando o governante cessa os registros e as imagens fotográficas do governante durante o primeiro governo (1930-1945) são expressivos da participação dela vida privada e pública da família Vargas<sup>4</sup>.

Foi no desempenho das funções de esposa e mãe, que Darcy Vargas desenvolveu formas de atuação e de participação na política, inclusive, mediante a criação de obras sociais e assistenciais. Os relatos da filha, Alzira, mostram que em 1930, no Rio Grande do Sul, ela criou a Legião da Caridade, uma associação composta por mulheres da elite gaúcha que se organizaram para produzir roupas, angariar e distribuir alimentos para as famílias cujos homens – pais, maridos e filhos que seguiram acompanhando Getúlio Vargas na sua aventura política; nos anos 30 e 40, como primeira-dama, ela participaria da fundação de várias entidades assistenciais, destacando-se nesse percurso a criação, em 1938, da Fundação Darcy Vargas- Casa do Pequeno Jornaleiro, com o objetivo de prestar assistência

aos menores que se ocupavam da venda de jornais no centro da capital carioca e em 1942, a Legião Brasileira de Assistência, uma instituição criada com o objetivo de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados pela Guerra e aos seus familiares.

A trajetória construída por Darcy Vargas é expressiva daquilo que Giovanni Levi<sup>5</sup>, chamou de caráter intersticial –porém, importante – da liberdade de que dispõe o agente, e para observar a maneira pela qual funcionam concretamente os sistemas normativos que jamais estão isentos de contradições, porque no envolvimento da personagem com as “políticas” de Getúlio Vargas foi possível que ela criasse um itinerário próprio que definiram um perfil para a mulher pública e primeira-dama como preocupada e vinculada à questões sociais e assistenciais.

O percurso social e assistencial da primeira-dama traz as marcas das concepções e práticas que orientaram a atuação das mulheres na política dos anos 30 e 40. As questões sociais e assistenciais relacionadas ao feminino, à maternidade, à infância estiveram na agenda da atuação das mulheres em vários campos da política, criando uma história das mulheres na política social e assistencial. Integram essa história, Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz, as quais como deputadas, participaram da criação de políticas públicas direcionadas à maternidade e à infância; Pérola Byinton que, em São Paulo, criou a Cruzada Pró-Infância, por meio da qual foram desenvolvidos vários programas e serviços de proteção à infância e à maternidade e de Darcy Vargas, que por intermédio da organização de associações e entidades assistenciais traz as marcas das representações presentes no universo feminino da época de que a mulher tinha um papel a cumprir na sociedade, que era o de ser esposa e mãe e que suas causas deviam ser em defesa de problemáticas relacionadas ao sexo feminino e que a ele diziam respeito, tais como a maternidade e a infância<sup>6</sup>.

Particularmente, com relação às entidades filantrópicas criadas pelas mulheres nos anos 30 e 40, nas quais se destacam as criadas por Darcy Vargas, o aspecto para o qual quero chamar a atenção é a articulação de dois fenômenos que estão intimamente ligados: o processo de ampliação das funções maternas no espaço público e a profissionalização da assistente social para o feminino, como extensão das atividades de mãe e de professora primária, tendo como motores as políticas públicas estatais.

Com essa forma de atuação nas questões sociais e assistenciais, mulheres e mães como Darcy Vargas, informam nas suas práticas as representações que povoavam o universo feminino principalmente da elite, cujos princípios estavam no maternalismo feminista ou feminismo maternal, o qual atribuía à maternidade uma condição unificadora do sexo feminino e que elas, como mães que eram, podiam e deviam se ocupar do cuidado e da educação dos filhos de outras mães ou ainda que cuidar das mães e das crianças eram também suas incumbências<sup>7</sup>.

Disso decorre que uma problemática a ser pensada é a participação que o maternalismo feminista ou feminismo maternal na política do Estado brasileiro, no desenvolvimento de políticas sociais e assistenciais destinadas à infância e à maternidade por intermédio das mulheres e suas atividades filantrópicas e no qual Darcy Vargas tomou parte, constituindo-se uma de suas representantes.

Um dos momentos mais marcantes no percurso da mulher pública e primeira-dama Darcy Vargas foi sem dúvida nenhuma, sua atuação na presidência da Legião Brasileira de Assistência, durante o período da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1942).

Quando Darcy assumiu a presidência da LBA, em 1942; no momento a vida pessoal e familiar havia passado por várias transformações. Aos 47 anos de idade, ela tinha os filhos criados; alguns estavam casados ou morando longe da família; com isso, as funções da mãe não eram as mesmas, visto que não tinha que ocupar do cuidado diário e constante da educação deles.

Porém, foi na vida familiar e como mãe que a personagem vivenciou o principal drama pessoal. Em 1943, portanto, quando se ocupava da presidência da instituição que havia criado e quando tinha tempo para a ela se dedicar e à Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, a qual continuava administrando também, a mãe Darcy Vargas sofre o abalo e o sofrimento da perda de um filho; em fevereiro de 1943, morreu o filho caçula dos Vargas, Getúlio Vargas Filho, aos 23 anos de idade, em São Paulo, de “causa desconhecida”.

“Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado de trabalho como na vida privada [...] os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham ‘cuidado com’ e as mulheres ‘cuidem de’<sup>8</sup>. Essas diferenças de gênero instalam-se nos comportamentos do casal Vargas. Enquanto o pai, Getúlio Vargas, após a morte do filho retoma os “cuidados com” a política, defendendo que os dramas da vida pessoal não devam se sobrepor aos interesses da nação, que naquele momento estava envolvida com a Guerra; a mãe Darcy Vargas afasta-se da presidência da Legião Brasileira de Assistência, no período de fevereiro a outubro de 1943 para viver o luto pela morte do filho e passa a “cuidar de” sua memória, compondo álbuns, coletando recortes de jornais, enfim, juntando os pedaços de memória do filho para com ela conviver até a sua morte em 1968.

Na presidência da Legião Brasileira de Assistência durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ocorrida de 1942 a 1945, a primeira-dama produziu com as mulheres que atuaram como voluntárias um importante capítulo acerca da História das Mulheres na Guerra, visto que um dos traços mais fortes do trabalho assistencial desenvolvido pela primeira-dama foi justamente a participação de mulheres como voluntárias.

Os documentos escritos - jornais, revistas, boletins e relatórios legados pela instituição -, os imagéticos - as fotografias que circularam na imprensa e que compõem o acervo da memória institucional, veiculados nos boletins e localizados no Centro de Memória da Assistência social, contém importantes vestígios do passado, com capítulos que permitem conhecer a História das Mulheres da LBA, portanto, das mulheres na guerra. Há um capítulo sobre o processo de mobilização feminina; sobre a preparação das mulheres para a atuação voluntária, por intermédio dos cursos oferecidos; sobre o desempenho feminino em atividades na esfera institucional e na vida pública.

Nesse sentido, para a mobilização das mulheres e constituição do voluntariado, as campanhas na imprensa foram fundamentais. A propaganda desencadeada produziu seus frutos porque milhares de mulheres inscreveram-se nos cursos oferecidos e após frequentá-los, transformam-se em voluntárias da LBA. Surgem as voluntárias da defesa passiva-antiaérea, preparadas para atuar na proteção da população em caso de provável bombardeio; as voluntárias da alimentação, preparadas para transmitir ensinamentos às donas de casa sobre práticas da economia e consumo de alimentos; as visitadoras e educadoras sociais, responsáveis pela prestação de assistência às famílias dos soldados – esposas e filhos; as samaritanas socorridas, formadas para o atendimento de enfermagem.

Do corpo do voluntariado, as voluntárias da defesa passiva antiaérea foram transformadas em peças-chave das engrenagens institucionais. Embora os fins visados com a atuação delas fosse a proteção da população, elas tiveram participação ativa nas campanhas desenvolvidas pela instituição, como por exemplo, da borracha usada, a Horta da Vitória e foram as responsáveis pela intermediação do contato entre a instituição e os soldados, fazendo a distribuição dos objetos coletados pela LBA nos quartéis onde os soldados estavam aguardando o embarque para o front de guerra, como cigarros, roupas, fósforos, dentre outros.

Além das voluntárias formadas pela instituição, as mulheres também aderiram a outras espécies de trabalho voluntário. Surgem as legionárias da costura, responsáveis pela produção de materiais médico-hospitalares para serem usados no front de guerra e de roupas para serem doadas aos soldados; as madrinhas dos combatentes que se incumbem da escrita de cartas para os soldados no front e mulheres que se envolvem em diversos serviços, como por exemplo, a organização da biblioteca do combatente, angariando livros e levando leitura aos soldados aquartelados.

È possível identificar nas atividades desempenhadas pelas mulheres da LBA os modos pelos quais a Guerra produziu readequações nas concepções e nas representações de gênero, construindo estilos e perfis femininos designativos da participação e contribuição feminina na guerra. O clima de patriotismo que assolava o país, as ideologias de guerra, de povo unido diante do inimigo comum, da união de esforços entre homens e mulheres, transformou milhares de mulheres em grandes mães da nação, num

nítido reforço das habilidades e competências conceituadas pelos homens como inerentes ao feminino. Com as voluntárias da defesa passiva antiaérea emerge a representação da “mãe-zeladora da população e amparo dos soldados”; com as voluntárias da alimentação, a “mãe-nutriz”; com as visitadoras e educadoras sociais, a “mãe protetora da família do soldado”; com as socorristas samaritanas, “a mãe que cuida da dor e sofrimento”, com as legionárias da costura a “mãe-cuidado com o corpo”; com as madrinhas dos combatentes e as bibliotecárias, as “mães conforto da alma”.

Conforme afirma Rachel Soihet, a abordagem biográfica permite situar no centro da problemática a experiência social das mulheres<sup>9</sup>. Nesse sentido, o percurso de Darcy Vargas é emblemático e uma via para a compreensão e o conhecimento da experiência social compartilhada pelas mulheres nos anos 30 e 40. Particularmente, no que tange à Legião Brasileira de Assistência e às voluntárias são nítidas as influências do momento político no aparecimento de novos estilos e perfis, decalcados das representações de gênero da mãe que Darcy Vargas foi e que ela fez proliferar por intermédio de sua atuação assistencial.

- <sup>1</sup> Este texto apresenta algumas reflexões e que foram por mim desenvolvidas no doutorado, no trabalho intitulado “Mulher e política: a trajetória da primeira Darcy Vargas (1930 a 1945). Unesp, Assis, 2004.
- <sup>2</sup> BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M.. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.189.
- <sup>3</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 176.
- <sup>4</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio, Meu Pai**, 2.ed. RJ: Editora Globo,1960; GETÚLIO Vargas. **Diário**. SP: Siciliano; RJ:Fundação Getúlio Vargas,1995, 2v.
- <sup>5</sup> LEVI, op.cit., p. 180.
- <sup>6</sup> O balanço realizado pautou-se nos estudos: (Carlota Pereira de Queiroz) SCHUPN, Mônica Raisa. Carlota Perreira de Queiróz: uma mulher na política. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Ed Unijuí, v. 17, n.33, 1997, p. 167 –200; (Bertha Lutz) SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. In: **Acervo. Revista do Arquivo Nacional**, v.9, n 01-02, p.99-124, jan./dez. 1996; (Pérola Byington) MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**. (16), p. 199 –234, 2001.
- <sup>7</sup> Os conceitos empregados têm suporte nos estudos de BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternalismo e direitos das mães (1850-1950). In: DUBY. Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. O século XX. Porto: edições Afrontamento; São Paulo:Ebradil, 1991 e de MOTT, op.cit, 2001.
- <sup>8</sup> TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: Alison M. Jaggard; BORDO, Susan (orgs.) **Gênero, corpo, conhecimento**. Trad. Brita Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- <sup>9</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres e biografia. Significados para a História. **Locus. Revista de História**. MG:Juiz de Fora, v. 9, n.1, p. 33-48, 2003, p.47.